

Demonstrações Financeiras

Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019.....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	12
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	15
4. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	15
5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	16
6. RECEITA.....	17
7. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	17
8. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	18
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	18
10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	19
11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	20
12. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	22
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	24
RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL.....	27

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Senhores Acionistas,

A Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2019 era de R\$1.000 mil, dividido em 1.000.000 (um milhão) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT ("Controladora").

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado de R\$1.581 mil em 2019, em comparação ao resultado de R\$1.063 mil no exercício de 2018. Em 2019, a Companhia reverteu provisões referentes à alugueis a pessoa jurídica no valor de R\$110 mil, em função de não serem mais exigíveis, bem como, deixou de incorrer em custos de pessoal cedido.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido foi R\$143 mil em 2019, em comparação a R\$104 mil no exercício de 2018, representando um aumento de 37,5%.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2019, a Companhia apurou despesas no montante de R\$212 mil referente ao imposto de renda e contribuição social, representando 11,82% do lucro antes da tributação. Comparativamente, no exercício de 2018, a Companhia apurou despesas no montante de R\$214 mil, representando 16,76% de alíquota efetiva.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2020, que ao resultado do exercício de 2019, no montante de R\$1.581 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$791 mil para pagamento de dividendos obrigatórios; e,
- R\$790 mil para pagamento de dividendos adicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores, pela confiança e apoio recebidos durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais e à Diretoria da Cemig.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2019	2018
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.063	2.779
Tributos compensáveis		4	1
Outros créditos		129	154
TOTAL DO CIRCULANTE		3.196	2.934
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos vinculados a litígios		9	-
Outros créditos		234	164
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		243	164
ATIVO TOTAL		3.439	3.098

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

PASSIVO

	Nota	2019	2018
CIRCULANTE			
Fornecedores		1	110
Impostos, taxas e contribuições		7	5
Imposto de renda e contribuição social	4	32	34
Transações com partes relacionadas	10	11	34
Dividendos a pagar	10	791	532
Outras obrigações		-	38
TOTAL DO CIRCULANTE		842	753
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social	4	23	30
Recursos destinados a aumento de capital		6	6
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		29	36
TOTAL DO PASSIVO		871	789
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	5	1.000	1.000
Reservas de lucros		1.568	1.309
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.568	2.309
PASSIVO TOTAL		3.439	3.098

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2019	2018
RECEITA LÍQUIDA	6	1.602	1.546
CUSTOS OPERACIONAIS			
Pessoal		-	(240)
DESPESAS OPERACIONAIS	7		
Serviços de terceiros		(54)	(57)
Arrendamentos e aluguéis		110	(16)
Outras despesas		(8)	(60)
		48	(133)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		1.650	1.173
Receita financeira	8	143	111
Despesas financeiras	8	-	(7)
		143	104
Resultado antes dos impostos		1.793	1.277
Imposto de renda e contribuição social corrente	9	(219)	(184)
Imposto de renda e contribuição social diferido	9	7	(30)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		1.581	1.063
Resultado básico e diluído por ação - R\$		1,58	1,06

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

	2019	2018
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.581	1.063
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>1.581</u>	<u>1.063</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto dividendos por ação)

	Capital social	Reservas de lucro		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucro		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	1.000	778	220	-	1.998
Aprovação de dividendo adicional proposto (R\$0,22 por ação)	-	-	(220)	-	(220)
Resultado do exercício	-	-	-	1.063	1.063
Destinação do lucro proposta à AGO:					
Dividendos obrigatórios (R\$0,53 por ação)	-	-	-	(532)	(532)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,53 por ação)	-	-	531	(531)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	1.000	778	531	-	2.309
Aprovação de dividendo adicional proposto (R\$0,53 por ação)	-	-	(531)	-	(531)
Resultado do exercício	-	-	-	1.581	1.581
Destinação do lucro proposta à AGO:					
Dividendos obrigatórios (R\$ 0,79 por ação)	-	-	-	(791)	(791)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,79 por ação)	-	-	790	(790)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	1.000	778	790	-	2.568

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais)

	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	1.581	1.063
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferido	(7)	30
	1.574	1.093
(Aumento) Redução de ativos		
Tributos compensáveis	(3)	(1)
Depósitos judiciais	(9)	-
Outros créditos	(45)	(61)
	(57)	(62)
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores	(109)	1
Tributos	147	90
Transações com partes relacionadas	(23)	11
Outras obrigações	(38)	(113)
	(23)	(11)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	1.494	1.020
Imposto de renda e contribuição social pagos	(147)	(187)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.347	833
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(1.063)	(220)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(1.063)	(220)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	284	613
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	2.779	2.166
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	3.063	2.779
	284	613

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. (“Companhia” ou “CCEI”), sociedade anônima de capital fechado, anteriormente denominada UTE Cogeração e subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT, foi constituída em 08 de julho de 2002, com sede e foro em Belo Horizonte - MG.

Os objetivos sociais previstos no estatuto social da Companhia são os seguintes:

Prospectar, junto ao mercado, clientes livres, especiais, potencialmente livres e potencialmente especiais, responsáveis por unidade consumidora ou unidades consumidoras reunidas por comunhão de interesses de fato ou de direito, cuja carga seja maior ou igual a 500 kW ou que satisfaçam, individualmente, os requisitos dispostos nos artigos 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, interessados em adquirir energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração de fonte convencional ou aqueles enquadrados no § 5º do artigo 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e de qualquer agente autorizado a comercializar energia elétrica proveniente de fontes convencionais e/ou incentivadas, para:

- a) desenvolver, junto ao mercado, soluções específicas de energia elétrica que atendam às particularidades de consumo dos clientes livres, especiais, potencialmente livres e potencialmente especiais;
- b) prestar serviços de corretagem entre compradores e vendedores de energia elétrica proveniente de fontes convencionais e/ou incentivadas;
- c) prestar serviços de consultoria e assessoria técnica relacionados à comercialização de energia elétrica;
- d) desenvolver produtos físicos e financeiros relacionados à energia elétrica que atendam às necessidades específicas dos agentes do mercado; e,
- e) representar agentes de mercado junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE para os processos de adesão, modelagem, registro e de medição.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 11 de maio de 2020, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

CPC 06 (R2) – Arrendamentos

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia adotou nova norma com base no método retrospectivo modificado, a partir de 1º de janeiro de 2019, sem impactos financeiros relevantes em suas demonstrações financeiras.

ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 – Tributos sobre o lucro e não se aplica a tributos fora do âmbito do CPC 32, nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação tem vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia adotou a interpretação a partir dessa data e analisou os tratamentos tributários que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda.

A conclusão das análises é que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia tiveram alteração no que se refere a expectativa de perdas em função de eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

2.6. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Em 31 de dezembro de 2019 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

b) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

c) Receita operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no fornecimento contratado. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

d) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2019	2018
Bancos conta movimento	17	7
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	3.046	2.772
	<u>3.063</u>	<u>2.779</u>

Os Certificados de Depósitos Bancários – CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que foi entre 88,5% e 97% em 2019 (75% em 2018).

4. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2019	2018
Circulante		
Contribuição social	24	24
Imposto de renda	8	10
	<u>32</u>	<u>34</u>
Não circulante		
Contribuição social	6	22
Imposto de renda	17	8
	<u>23</u>	<u>30</u>

5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2019 era de R\$1.000, representado por 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de propriedade da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT.

a) Reservas de lucros

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2019	2018
Reservas de lucros		
Reserva legal	778	778
Dividendos adicionais propostos	790	531
	<u>1.568</u>	<u>1.309</u>

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia não constituiu reserva legal em 2019, uma vez que está limitada a 20% do capital social.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2019	2018
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	<u>1.581</u>	<u>1.063</u>
Dividendo obrigatório	791	532
Dividendos propostos		
Dividendos mínimos obrigatórios	791	532
Dividendos adicionais propostos	790	531
Total dividendos propostos	<u>1.581</u>	<u>1.063</u>

Destinação do resultado de 2019 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2020, que ao resultado do exercício de 2019, no montante de R\$1.581, seja dada a seguinte destinação:

- R\$791 mil para pagamento de dividendos obrigatórios; e,
- R\$790 mil para pagamento de dividendos adicionais.

Aumento de capital - Proposta da Administração

Considerando que, em 31 de dezembro de 2019, a reserva legal excede 20% do capital social, a Diretoria Executiva da Companhia encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a proposta de aumento do capital social para R\$1.481 mil, conforme art. 193 da Lei 6.404/76.

6. RECEITA

	2019	2018
Faturamento bruto de serviços	1.718	1.657
Deduções à receita (a)	(116)	(111)
Total	<u>1.602</u>	<u>1.546</u>

a) Deduções à receita

	2019	2018
COFINS	52	50
PASEP	11	11
ISSQN	53	50
	<u>116</u>	<u>111</u>

7. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Pessoal	-	292
Serviços de terceiros (a)	54	57
Arrendamentos e aluguéis (1)	(110)	16
Outras despesas	8	8
Total	<u>(48)</u>	<u>373</u>
Custos totais	-	240
Despesas operacionais	<u>(48)</u>	<u>133</u>
TOTAL	<u>(48)</u>	<u>373</u>

- (1) A Companhia realizou a reversão de despesas em função da não exigibilidade das obrigações correspondentes a essas despesas.

a) Serviços de terceiros

	2019	2018
Publicações legais	-	28
Auditoria externa	48	17
Outros	6	12
	<u>54</u>	<u>57</u>

8. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2019	2018
Receitas financeiras		
Renda de aplicação no mercado financeiro	143	111
Total de receitas financeiras	<u>143</u>	<u>111</u>
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	-	(7)
Total de despesas financeiras	<u>-</u>	<u>(7)</u>
Resultado financeiro	<u>143</u>	<u>104</u>

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2019	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Fornecimento bruto de serviços	1.718	1.718
Percentual de presunção	<u>32%</u>	<u>32%</u>
	550	550
Receita financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	165	165
Base de cálculo lucro presumido	715	715
Alíquota	<u>15%</u>	<u>9%</u>
IR e CS - Lucro presumido	108	64
Adicional (10% s/ valor superior à R\$240)	47	-
IR e CS - Lucro presumido	<u>155</u>	<u>64</u>
Rendas aplicações não resgatadas	20	20
Alíquota	<u>25%</u>	<u>9%</u>
IRPJ/CSLL diferidos	5	2
IR e CS – Despesa	<u>160</u>	<u>66</u>
Corrente	155	64
Diferido	5	2

	2018	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Fornecimento bruto de serviços	1.657	1.657
Percentual de presunção	32%	32%
	530	530
Receita financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	85	85
Outras receitas financeiras	-	-
Base de cálculo lucro presumido	615	615
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro presumido	92	55
Adicional (10% s/ valor superior à R\$240)	37	-
IR e CS - Lucro presumido	129	55
Rendas aplicações não resgatadas	87	87
Alíquota	25%	9%
IRPJ/CSLL diferidos	22	8
IR e CS – Despesa	151	63
Corrente	129	55
Diferido	22	8

10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	PASSIVO		DESPESA	
	2019	2018	2019	2018
Controladores				
CEMIG GT				
Circulante				
Dividendos a pagar	791	532	-	-
Convênio de cooperação (1)	11	34	(43)	(46)
Cemig H				
Circulante				
Cessão de pessoal	26	38	(32)	(240)

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Convênio de cooperação técnica entre a Companhia e empresas do Grupo Cemig instituído pelo Despacho ANEEL 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, são demonstrados na tabela abaixo:

	2019	2018
Remuneração	2	3
Total	2	3

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2019		2018	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	2	3.046	3.046	2.772	2.772
		3.046	3.046	2.772	2.772
Passivos					
Custo amortizado: (1)					
Fornecedores	2	(1)	(1)	(110)	(110)
Transações com partes relacionadas	2	(11)	(11)	(34)	(34)
		(12)	(12)	(144)	(144)

(1) Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2019 e 2018.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a variação das taxas de juros nacionais em função do ativo indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia às taxas de juros nacionais	2019	2018
Ativos		
Equivalentes de caixa - Aplicações (Nota 3)	3.046	2.772
Ativo exposto	<u>3.046</u>	<u>2.772</u>

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas está apresentado abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1	-	-	-	-	1
	1	-	-	-	-	1

12. EVENTOS SUBSEQUENTES

COVID-19 – Coronavírus – Impactos para a Companhia

A Companhia está acompanhando de perto os possíveis impactos da covid-19 em seus negócios e mercado de atuação, não sendo ainda possível estimar efeitos em sua situação patrimonial e resultados advindos da pandemia e da retração na atividade econômica, além de alteração de premissas utilizadas para cálculo de valor justo e recuperável de determinados ativos financeiros e não financeiros.

A Companhia implementou uma série de medidas de precaução para que seus empregados próprios ou terceirizados não se exponham a situações de risco, tais como: restrição de viagens nacionais e internacionais; utilização de meios de comunicação remota; home office para determinado grupo de empregados etc.

A Companhia poderá adotar medidas adicionais para reduzir a exposição de seus empregados aos riscos de contaminação, garantindo a continuidade da prestação dos seus serviços, essenciais à sociedade.

Dimas Costa
Diretor-Presidente

Daniel Faria Costa
Diretor

Paulo Mota Henriques
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC - MG 53.140

Carolina Senna
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contadora - CRC - MG 77.839

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está,

de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 11 de maio de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Cláudia Gomes Pinheiro
CRC-1MG089076/O-0

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2019, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2020.

Belo Horizonte, 11 de maio de 2020.

Francisco Luiz Moreira Penna

Nelson Tamietti

Paulo Roberto de Brito Mosqueira